

Novos media, Velhas questões

Maria João Silveirinha*

I

A passagem da comunicação face-a-face para a comunicação mediada como forma de articulação das sociedades modernas implicou uma ampla e generalizada mediação das relações sociais. O que está agora em causa, numa análise da modernidade tardia, sobretudo após a afirmação da televisão, é a forma e a medida da extensão, pelos media, dessas mesmas relações sociais.

Marshall McLuhan é, naturalmente, um dos pioneiros a explorar na teoria dos media uma crítica ao dualismo cartesiano da subjectividade. Os media - em especial os electrónicos - são extensões do nosso corpo - dos nossos membros, olhos, ouvidos, mãos e sistema nervoso - funcionando como suas expansões (McLuhan, 1964). Como resultado das forças integradoras da televisão, tornou-se possível relembrar a unidade orgânica dos nossos sentidos. A humanidade pode ser de novo reunida numa nova comunidade, a 'aldeia global'.

Contemporâneo de McLuhan, também Harold Innis se ocupou das transformações operadas pelos diferentes media. Innis "reconheceu que a velocidade e distância da comunicação electrónica alargava a escala possível da organização social e aumentava for-

temente as possibilidades de centralização e de imperialismo em questões de cultura e política" (Carey, 1989: 137). A história moderna ocidental começou com a organização temporal e terminou com a organização espacial; nas palavras de Carey, "é a história da evaporação de uma tradição oral e manuscrita e das preocupações com a comunidade, a moral e a metafísica, e da sua substituição pelos media da imprensa e electrónicos, apoiando uma forma de comunicação em direcção ao espaço" (Carey, 1989: 160). Com efeito, as modernas tecnologias da comunicação - começando com a imprensa e acelerando com os media electrónicos - cultivam uma ordem social estruturada com base no espaço. Contrastando com as culturas orais como a Grécia clássica, que equilibravam tempo e espaço, a nossa era é caracterizada por mobilidade e conquista. O resultado é uma negligência da continuidade cultural e o recolher da âncora do tempo.

Innies dividiu os media em dois momentos, a que ele chama 'bias': os ligados ao tempo (time-binding media) e os ligados ao espaço (space-binding media). Os primeiros, suportados pela cultura oral e pelo manuscrito, favoreceram a memória, o sentido da história, pequenas comunidades e formas tradicionais de poder. Os segundos, ligados ao espaço, como a imprensa e os media elec-

*Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

trónicos, têm que ver com expansão e controlo de um território (Innis, 1951). Nas palavras de Carey, os media ligados ao espaço “favoreceram o estabelecimento do comercialismo, o império e eventualmente da tecnocracia” (Carey, 1989: 134). Innis mostrava-se assim pessimista relativamente às mudanças nas tecnologias da informação. A cultura era varrida por um novo regime de tempo, estandardizado e linear, perdendo o seu movimento cíclico e regenerador. O ‘bias’ da tecnologia que implicava o fim da cultura no mundo moderno só podia ser contrariado pela tradição oral, pelo diálogo e pela discussão democrática, bem como por uma participação que escapasse ao controlo da moderna tecnologia. O que isso significava era que “o apoio dessa tradição oral e o seu enraizamento nos enclaves culturais, exige que se preservem e alarguem elementos de estabilidade, que as comunidades de associação e os estilos de vida possam ser libertos da obsolescência da mudança técnica” (Carey, 1989: 135).

Mas é em Joshua Meyrowitz que encontramos uma das expressões mais actualizadas das ideias de McLuhan e Innis (Meyrowitz, 1985). Revendo as suas teorias, ele conjuga uma teoria dos media, da identidade e da comunidade, a partir da ideia de que esta última foi afectada pela erosão gerada pelos media electrónicos, mudando as relações sociais e a identidade. Tal como os seus predecessores, Meyrowitz defende que a introdução de um novo medium reestrutura o mundo social, as interacções e consequentemente a identidade. As fronteiras das identidades sociais constituídas pela comunicação escrita e por redes de informação especializada tornam-se agora mais fluídas, menos delimitadas, sobretudo por causa do seu impacto sobre a

presença física: “Embora as culturas orais e de imprensa difiram muito, o laço entre o lugar físico e o lugar social era comum a ambas. A imprensa, como todos os novos media, mudou os esquemas da informação de e para os lugares. Em consequência, mudou também o status relativo e o poder dos que estavam em diferentes lugares. As mudanças nos media no passado sempre afectaram a informação que as pessoas trazem para os lugares e que têm nos lugares. Mas a relação entre o lugar e a situação social era ainda bastante forte. Os media electrónicos vão mais longe: levam à quase total dissociação entre lugar físico e ‘lugar’ social. Quando comunicamos pelo telefone, radio, televisão ou computador, onde estamos fisicamente presentes já não determina onde e quem somos socialmente” (Meyrowitz, 1985: 115). Em geral a imprensa, além de exigir alguma necessidade da presença física (as notícias de um jornal chegavam sem haver necessidade de estar no lugar, mas chegavam atrasadas, de forma não actualizada), tende também a segregar o que pessoas de diferentes idades, sexos e status sabem relativamente umas às outras, enquanto que nos media electrónicos, em especial na televisão, o local físico já não é importante. Já não é preciso estar num determinado lugar para ter acesso à informação. Podemos agora “presenciar os acontecimentos”, experienciá-los, sem uma presença física e podemos comunicar directamente sem nos tocarmos, já que o espaço físico não é necessário para ter acesso à informação. Neste sentido, a televisão e os outros media electrónicos são transformadores especialmente potentes dos papéis sociais, uma vez que alteram a relação entre o lugar físico e o lugar social, entre onde estamos e aquilo que experienciamos.

McLuhan, Innis, Meyrowitz são autores que se centram sobretudo na televisão, um 'velho medium', se assim quisermos, por contraposição aos 'novos media' deste início de século. Haverá neles algo de novo, ou pelo menos de radicalização dos velhos media?

Para responder a esta pergunta podemos partir das características das sociedades contemporâneas que indicam uma mudança na forma como as pessoas comunicam e se relacionam. Há já quase um século, Cooley tentou explicar a mudança social na modernidade causada por uma maciça expansão destas relações sociais indirectas operadas pelos avanços da tecnologia (Cooley, 1956). A prevalência de relações indirectas, mediadas, sobre as directas, face-a-face, típicas das primeiras sociedades, é precisamente uma característica constitutiva das sociedades modernas. Com efeito, as relações directas das sociedades pré-modernas diferenciavam-se em 'primárias' - as pessoas relacionavam-se sobretudo como actores de papéis sociais específicos - e 'secundárias' - as que envolviam as próprias pessoas nas instituições públicas e na participação política. Na mesma linha, Calhoun estende estes conceitos das relações indirectas ao que chama relações 'terciárias' e 'quaternárias' (Calhoun, 1992: 218). As relações terciárias não precisam de envolver co-presença física, podendo ser mediadas por máquinas, por correspondência ou por outras pessoas, mas as partes têm de ter consciência da relação que se estabelece. São seus exemplos as operações bancárias à distância ou as transacções do comércio electrónico entre clientes e pessoal e os contactos dos cidadãos com os seus representantes políticos mediados por uma série de diferentes meios. No entanto, "as relações mantêm um ele-

vado grau de reconhecimento e intencionalidade; cada uma das partes pode (pelo menos em princípio) identificar o outro e a própria relação é manifesta" (Calhoun, 1992: 219). É precisamente isto que as distingue das 'relações quaternárias' que "acontecem fora da atenção e, geralmente, da consciência de pelo menos uma das partes" (Calhoun, 1992: 219). São seus exemplos os produtos de vigilância, do controlo das acções de pessoas por escutas telefónicas ou por intercepção num banco de dados de computador.

O que Calhoun deduz desta análise parece-nos particularmente importante quando pensamos nos media em geral e nos chamados 'novos media' ou 'novas tecnologias de informação' em particular: embora elas multipliquem as relações sociais indirectas, não é óbvio que contribuam para a realização da integração social. As tecnologias da comunicação podem "organizar mais a vida social por relações indirectas, estender o poder de vários actores corporativos, coordenar a acção social a uma escala maior, ou intensificar o controlo dentro de relações específicas" (Calhoun, 1992: 221). Falamos, assim, de um conjunto de 'efeitos' contraditórios que parecem radicalizar a sempre presente ambivalência dos media. As questões colocadas quer à sociabilidade, quer à própria identidade nestes novos media não são tanto de uma ordem diferente dos 'velhos media' (embora admitidamente o sejam em alguns aspectos) como parecem exponenciar as zonas-limite da comunicação face-a-face e da comunicação mediada, gerando zonas de sobreposição que contêm traços de cada uma delas produzindo, assim, uma nova sociabilidade que se não limita à soma das duas anteriores.

Para uma breve análise da questão temos, an-

tes de mais, de nos situar num novo espaço, o ciberespaço, por oposição ao espaço cartesiano. Esta é uma mudança profunda - se os media tradicionais começaram a operar uma forte desterritorialização, os 'novos media' têm por base um domínio público gerado por computador que não tem fronteiras territoriais ou atributos físicos. Neste contexto, surgem-nos como media através dos quais podemos explorar conceitos como os de supressão das fronteiras territoriais, novos sentidos de comunidade e transcendência das subjugações físicas da identidade. E, na medida em que tal implica redefinir a nossa compreensão das fronteiras do sujeito e da sociabilidade, esta mudança também se reflecte na própria condição da democracia. Os lugares desta nova sociabilidade são os grupos de discussão, os chamados MUDS (Multi-User Dimensions), as suas variantes MOOs (Multi-user Object Oriented), espaços de conversação ou 'chat rooms' (Internet Relay Channels), e outras redes interactivas. Estamos no domínio do que Poster chama a 'segunda era dos media' que, assentando no modo da informação (sobretudo na sua forma de comunicação mediada por computador) e na pós-modernidade, instaura uma forma de compreensão do sujeito totalmente nova: "o modo de informação põe em marcha uma radical configuração da linguagem, constituindo os sujeitos fora do esquema do indivíduo autónomo e racional. Este sujeito moderno familiar é deslocado pelo modo da informação em favor de um sujeito múltiplo, disseminado e descentrado, continuamente interpelado com uma identidade instável" (Poster, 1995: 57).

O que está em causa é o facto de a comunicação mediada por computador constituir um espaço social onde os sujeitos interagem re-

criando as suas identidades, inventando novas personagens. Embora estes tipos de processos de gestão da identidade sejam comuns a todas as práticas discursivas dos mass media, Poster defende que ela implica uma profunda transformação do sujeito no ambiente multi e hiper-media do ciberespaço.

O domínio da 'segunda era dos media' é o ciberespaço, que serve de plano de articulação a um conjunto de teóricos que, defendendo o seu forte potencial de gerar comunidades, podemos designar por ciber-comunitários, por oposição aos comunitários clássicos que se baseiam no espaço cartesiano. Se os jornais, aquando do seu aparecimento tiveram um forte impacto sobre a relação desde sempre estabelecida entre a política e a comunidade, é sobretudo no século XX que os media - da rádio e televisão aos novos 'media' - acentuam de uma forma mais poderosa esse impacto sobre a dimensão territorial da actividade política (Calhoun, 1998).

Esse impacto passa também pela reconfiguração das identidades, das relações sociais e dos sentidos de comunidade que parecem destabilizados e reconfigurados pelas novas formas de espaço operadas pelos media. Nessas reconfigurações há, no entanto, uma certa nostalgia da comunidade e dos tempos em que a ordem social e pública floresciam por contraste com as actuais formas de relação mais pobres e caóticas, comum aos comunitários clássicos e virtuais. De formas diferentes, parece subjazer a uns e a outros um desejo de formular formas mais ricas de nos experienciarmos na relação com os outros, ainda que livres dos aspectos mais restritivos da comunidade tradicional. Nas palavras de Michele Wilson: "parece plausível que a fome de comunidade, que é evidente na pós-modernidade, é em parte accio-

nada pela experiência e pelas ramificações de ser um 'indivíduo' dentro de uma sociedade organizada. Como tal, é interessante que haja semelhanças entre as direcções tomadas pelas teorias da comunidade formuladas dentro e fora da área tecnológica" (Wilson, 1997: 645). Para os comunitários virtuais são as tecnologias da comunicação, que surgem - depois de durante uma boa parte do século terem representado precisamente aquilo que nos afastava impondo a sua unidireccionalidade - como a solução para os problemas de sociabilidade e para o desejo de estar em comunidade oferecendo a possibilidade de criar comunidades virtuais. Na transposição da comunidade clássica para a virtual, no entanto, muito muda nos discursos. O novo contexto implica habitualmente que, mais do que reencarnar uma velha arena, temos um contexto inteiramente novo, que abre possibilidades totalmente novas, quer para a criação de comunidades quer, por extensão, para a criação de novas identidades (Parrish, R.) . Com poucas excepções¹, a questão de se a comunidade pode sequer existir no ciberespaço nem sequer é questionada e muitos dos discursos são caracterizados por uma mal-disfarçada euforia sobre os potenciais de libertação e de emancipação que estas comunidades, pelas suas características, revelam face às comunidades tradicionais.²

Experienciadas pela mediação tecnológica

¹Richard Parrish constitui, sem dúvida, uma excepção. Claramente um 'comunitário virtual', procura, no entanto, encontrar os terrenos comuns e diferentes da comunidade tradicional e virtual.

²Howard Rheingold foi pioneiro em defender que a comunicação mediada por computador nos permite uma vez mais desenvolver verdadeira vida em comunidade: "Suspeito que uma das explicações para este fenómeno é a fome de comunidade que cresce no peito das pessoas por todo o mundo à medida que cada

na Internet ou mesmo por tecnologias de realidade virtual, são-nos apresentadas novas formas de sociabilidade, com todas as potencialidades positivas das antigas comunidade, nomeadamente o sentido relacional e de proximidade com os outros, a contraposição à solidão e incompreensão da vida quotidiana, acrescidas dos seus sentidos pós-modernos: a libertação da identidade física, do corpo, do espaço e mesmo do tempo. Assim libertos, estabelece-se a capacidade de nos relacionarmos, com uma facilidade crescente, com um número cada vez maior de pessoas, alimentando um determinado sentido de vida colectiva. Das comunidades tradicionais 'de nascimento', fundadas numa história partilhada, território e herança cultural, podemos agora proceder mais livremente a uma mudança para comunidades organizadas e fragmentadas por 'interesse'. Nelas, é o nosso sentido identitário que sofre uma profunda mudança: precisamente pela ausência dessas restrições, pela ausência de estruturas sociais externas, podemos reinventar, criar identidades múltiplas a nosso bel-prazer, cultivar a multiplicidade do nosso ser, cultivar a diferença do que somos, do que gostaríamos de ser, das expectativas que acreditamos que se geram a partir de nós.

No pensamento associado aos novos media está de tal forma subjacente uma ideia de comunidade que David Porter escreve que "a comunidade virtual está certamente entre as frases mais usadas e talvez mais abusadas na literatura sobre comunicação mediada por computador" (Porter, 1996: 5). O alvo da sua atenção é Howard Rheingold, para quem "as comunidades virtuais são agrega-

vez mais espaços públicos informais desaparecem das nossas vidas reais" (Rheingold, 1993: 5).

ções sociais que emergem da Rede quando um número suficiente de pessoas têm discussões públicas durante tempo suficiente, com suficiente sentimento humano, para formar teias de relações pessoais no ciberespaço” (Rheingold, H., 1993: 5).³ Para além dos problemas de saber o que significa este ‘suficiente’ - portanto de se tratar de uma definição vaga, ainda que, como diz Porter, não reclame grande rigor de definição - interessa-nos sobretudo como a definição não tem uma dimensão espacial nem um referente físico como o corpo dos inter-actantes. É então esta ausência que faz do ciberespaço, como diz Michele Willson, o “epíteto de uma forma de comunidade pós-moderna em que a multiplicidade do sujeito é realçada e a diferença prolifera, liberta das estruturas sociais, externas” (Wilson, 1997: 647). Torna-se, portanto, necessário avaliar as consequências de uma “retirada da comunidade de uma arena política e social contextualizada no espaço físico, para se tornar ou uma abstracção filosófica ou uma interacção permitida pela acção da tecnologia [onde] uma preocupação ética ou política pelo Outro se torna impotente e irrealizável” (Wilson, 1997: 647). Como atrás se disse, a esta reconfiguração da comunidade está também associada uma reconfiguração da identidade. Sherry Turkle é das autoras que mais tem defendido a In-

³Rheingold foca a sua análise numa comunidade particular chamada, a W.E.L.L. baseada na área da Baía de Francisco. Os utilizadores do W.E.L.L. (Whole Earth 'Letronic Link) podem ser vistos como uma amostra da sociedade mais vasta porque mostram o potencial de uma comunidade baseada em computador na formação um grupo social mutuamente dependente, firmemente aderente dentro e fora do ciberespaço. Com efeito, os participantes do WELL encontram-se frequentemente no ambiente físico em reuniões sociais face-a-face.

ternet como um lugar de identidades múltiplas, fronteiras de género fluidas, e renegociações activas da identidade, particularmente no contexto das comunidades virtuais. Da perspectiva da identidade pessoal e da psicologia social, as novas tecnologias oferecem uma série de possibilidades de jogo e transformação.

O que está em causa é a definição de um contraponto entre uma noção tradicional de ‘sujeito’ que parece ser uma definição psicológica, e a difusão pós-moderna do sujeito como não-localizado e não necessariamente encarnado: “Na história da construção da identidade na cultura de simulação, as experiências na Internet ocupam um lugar de destaque, mas essas experiências só podem ser entendidas como parte de um contexto cultural mais vasto. Esse contexto é a história da erosão das fronteiras entre o real e o virtual, o animado e o inanimado, o eu unitário e o eu múltiplo, que está a ocorrer tanto nos domínios da investigação científica de ponta, como nos padrões da vida quotidiana. Desde cientistas que tentam criar formas de vida artificial até crianças ‘metamorfesando-se’ numa série de personagens virtuais, irão deparar-se-nos numerosas evidências de alterações fundamentais na maneira como criamos e vivemos a identidade humana. Todavia, é na Internet que as nossas confrontações com os aspectos da tecnologia, que ferem a nossa concepção de identidade humana, são mais acesas, cruas até. Nas comunidades em tempo real do ciberespaço, encontramos-nos no limiar entre o real e o virtual, inseguros da nossa posição, inventando-nos a nós mesmos à medida que progredimos” (Turkle, 1997: 12-13).

Nestes comentários, as comunidades virtuais e a Internet surgem como uma esfera pró-

pria, à qual os sistemas de género do 'mundo real' já não se aplicam, e onde, ao abandonar o corpo quando se entra neles, nos tornamos livres de assumir e descartar à vontade identidades diferentes. Estas visões entusiásticas baseiam-se sobretudo nas práticas online, mas também as próprias redes de informação são vistas como emancipadoras, e revolucionárias.

Turkle mostra como as realidades virtuais sociais proporcionam um campo propício de experimentação da própria identidade, questionando a ideia da sua unidade, podendo articular-se de uma forma heterogénea, múltipla e mista, nunca antes possível. Na base desta experiência está um novo contexto em que um número crescente de indivíduos constrói a sua identidade. O 'sujeito' corresponde agora às múltiplas janelas que se abrem na tela de computador; o Windows torna-se uma metáfora para pensar no sujeito como um sistema múltiplo, distribuído, diz Turkle. Qualquer barreira do tipo idade, sexo e emprego pode ser quebrada.

O núcleo de todas estas potencialidades está na possibilidade de experimentação com identidades diferentes: as troca de género, as prática de reivindicar ser do género oposto, a mudança de raça, de idade, etc.. É o que Richard Parrish chama a 'fluência da identidade', uma experiência que ele vê como potencialmente rica (Parrish). Quando um indivíduo entra numa comunidade virtual, os outros membros não sabem nada de si excepto o seu nome provável e qualquer informação que ele deseje dar, o que lhe permite reinventar a sua identidade. O que pode ficar de fora da

'apresentação do Eu', neste contexto, são todos os atributos 'não-escolhidos' do sujeito: a sua raça, o seu género, a sua identidade,

enfim, todas as suas características físicas, remetendo para um total anonimato. Nesse sentido, o resultado é uma muito maior flexibilidade do sujeito, na sua capacidade de incluir dimensões diferentes e mesmo contraditórias, na sua capacidade para organizar um espaço transitivo como uma tela de computador.⁴

A possibilidade de alimentar uma identidade continuamente enriquecida e multi-facetada, que não pode ser reduzida a parâmetros simples, significa que, em princípio, deveria ser mais difícil e menos aceitável, discriminar com base em critérios-padrão ou em perfis automatizados. Tal implica o reconhecimento de que todos os sujeitos são únicos, rejeitando por conseguinte a estigmatização social que tenha por base o fracasso em se conformar às características de uma maioria hipotética. Da mesma forma, a opção de se manter anónimo (com uma assinatura ou pseudónimo digital), ou mesmo de criar a sua própria personalidade (sujeito virtual), parece sugerir um potencial de maior comunicação não-constrangida. No entanto, várias questões se colocam a este mundo de possibilidades e promessas. Por um lado, parece claro que, para que haja cibersocialidade, é precisa alguma noção de participação entre aqueles que reconhecem as identidades uns dos outros e não simplesmente os seus interesses ou propriedades partilhadas. Ao

⁴Não deixamos de nos interrogar, no entanto, se também isto não é marcado pelo tempo e decorrente de um determinado estado da tecnologia. À medida que for cada vez mais simples a transmissão de dados de som e imagem, parece plausível prever que a comunicação por computador se proceda 'face-a-face', sem a mediação de um teclado. Nessa altura, muitas destas possibilidades deixarão de ser tão comuns para voltar a ser substituídas pela interacção goffmaniana.

contrário de uma visão pós-moderna que coloca nas estruturas discursivas toda a criação do sujeito, afirmar a sociabilidade do ciberespaço é afirmar o reconhecimento. Nesse sentido, para que haja sociabilidade, a identidade no ciberespaço tem de ter algo de 'espesso' e não ser simplesmente flutuante e isolada - não pode existir num vácuo social e depende de os outros a compreenderem, construindo-se pela interacção.

II

Mesmo do ponto de vista da criação de comunidades, na maioria dos exemplos de interacção pessoal em grupos de discussão electrónicos não encontramos, normalmente, algumas das exigências associadas à ideia de comunidade. Além disso, os exemplos das redes de comunidade como a WELL, na Bay Area ou em Santa Mónica, sugerem que as redes virtuais operam melhor quando são apoiadas por redes sociais reais de comunidades especificamente localizadas.

O próprio medium não facilita o conhecimento de outros na multiplicidade das suas diferentes identidades tanto quanto permite a segmentação em torno de grupos de interesse e normalmente sustenta melhor interacções diádicas ou quando muito triádicas (Calhoun, 1992: 380). Naturalmente que se pode pertencer a mais que uma 'comunidade de interesse', transversalmente, mas a tendência é para a fragmentação. A identidade torna-se então o limite da distância de alguém comprometendo a própria acção colectiva. Como diz Wilson, "ainda que as comunidades virtuais possam ser interactivas, elas não exigem compromisso físico (para além do teclado) ou uma extensão moral, política ou social para além da rede. Dos que usam

a Internet e as comunidades virtuais só uma percentagem participa activamente. O resto funciona a partir de uma posição 'voyeurista' semelhante ao ver televisão" (Wilson, 1997: 650). O que lhes falta, então, é a dimensão ética de compromisso para com o Outro - a única forma de agir em comum.

Não são estas, naturalmente, as leituras tipicamente pós-modernas da identidade subscritas, por exemplo, por Mark Poster. No contexto da 'segunda era dos media' tal como ele o define, no entanto, não é muito claro como pode ocorrer o processo de transformação e mudança social (que implica, naturalmente, um conceito de autonomia racional). Se a identidade desaparece por detrás do medium, se não se torna possível contestar as relações de dominação (de raça, sexuais, patriarcais ou outras) que são transportadas para a comunicação on-line, a não ser por uma retirada individual dos espaços virtuais de opressão, então ficamos apenas com um mundo de possibilidade de articulação que não são mais do que variáveis num complexo cruzamento de tecnologia, informação e poder. Parecem pois bem pertinentes as palavras de Wilson: "interrogo-me se nos estamos a tornar viciados sensoriais perpetuamente à procura de novas experiências; isto é, se esta busca de estímulo constante e aparentemente superficial está a conduzir à promoção de uma gratificação instantânea à custa de uma compreensão e investigação mais envolvida, mais complexa e mais significativa" (Wilson, 1997: 649).

As roturas com as "velhas" formas de sociabilidade não parecem assim tão possíveis. Na verdade, há problemas que agora reaparecem de uma forma mais intensa. Questões como a mentira, o engano, o anonimato, a tónica na diversidade mais do que na uni-

dade, colocam sérios obstáculos à possibilidade de encontramos uma área de concórdia e de acção comum ou um espaço de liberdade para a constituição de nós próprios e das nossas relações. A lembrar as dificuldades da transformação das relações humanas nas novas tecnologias e a sua dificuldade de adaptação ao estatuto normativo do 'discurso racional' tão essencial em qualquer explicação tomada de decisão política estão também trabalhos como os de Susan Herring que argumenta que os homens dominam no ciber-espaço: falam mais, orientam as escolhas de tópicos, e o seu estilo de comunicação foi codificado em regras de etiqueta na Internet (Netiquette) (Herring, 1996).

Por estas razões, embora reconhecendo que a comunicação mediada por computador facilita certamente tanto a experimentação de novas sociabilidades como a participação política e social pela manutenção de redes face-a-face dispersas, pelo desenvolvimento dos "enclaves socio-espaciais" e culturais, e pelo apoio não só comunicacional mas também logístico à actividade dos grupos de interesse, a sua contribuição para a criação de novos tipos de comunidades e para a expansão de novas práticas democráticas baseadas em princípios de discursividade está longe de ser clara.⁵ Libertadora ou ameaçadora, a ambiguidade da identidade na comunicação mediada por computador e os desempenhos que nela ocorrem colocam de novo velhas preocupações para uma versão em-linha do debate público baseado na autenticidade pessoal e na busca um consenso estável.

Aqui temos portanto a grande ambivalência destas novas formas de comunicação. As

comunidades virtuais, frequentemente apresentadas como novas e excitantes formas de comunidade - que libertam o indivíduo dos constrangimentos sociais da identidade corporal e das restrições de espaço geográfico, que igualam pela eliminação das estruturas da identidade e que promovem um sentido de ligação (ou fraternidade) entre participantes interactivos, para se constituírem como uma base sólida no sentido de uma identidade minimamente coerente, precisam de uma dimensão ética que nem sempre é aparente. Numa interacção dominada de novo pela 'conversação', pelo contacto pessoa-a-pessoa, pela partilha de interesses privados, não é certo que se gira um 'bem comum' - ainda que os exemplos de solidariedade accionados pelos novos media sejam frequentes - ou que a identidade 'jogada' nessa interacção tenha continuidade no off-line.

Isto, porém, não é negar a importância da Rede como uma nova forma de mediação. Mesmo apesar da sua ainda relativa representação, é fundamental dar conta da sua emergência nas sociedades contemporâneas, no mundo da vida, como no mundo dos sistemas, e começar a concebê-la como uma matriz referente a um conjunto imenso de posições e nódulos interligados por caminhos em acelerada mudança. A rede é um medium simultâneo de circulação de bens e capitais privados (na verdade, a forma principal da Rede) e de comunicação, fundindo no seu interior vários media. É isso que torna difícil formular respostas relativamente às suas consequências para a sociedade e para o indivíduo. Mesmo sem pretender cair num patético e ingénuo romantismo acerca das possibilidades libertadoras dos novos media, não é tão-pouco possível deixar de reconhecer que é a sua natureza complexa que produz

⁵Esta é também a posição de Calhoun. (Calhoun, C., 1992: 383-385).

ambiguidades e realça as maiores ambivalências da modernidade. Independentemente da perspectiva de sociabilidade adoptada relativamente às novas formas de comunicação mediada podemos dizer, com David Lyon, que “até que ponto serão consequentes, dependerá de como a subjectividade e o significado serão adoptadas dentro delas. E, para serem politicamente consequentes, haveria que pensar as questões do acesso, participação e coordenação. A mudança de um sujeito centrado ou da racionalidade predominante não tem que conduzir a um sujeito em desaparecimento ou a um sujeito irracional” (Lyon, 1997: 36).⁶ Mais uma vez, portanto, se torna necessário pensarmos as dimensões ético-políticas da comunicação mediada.

Será bom recordar que os mass media surgem dentro de uma longa tradição de pensamento político sobre a participação cívica. Esta, em termos democráticos, pressupunha garantias de liberdade de discurso e de imprensa. Por isso, a esfera pública liberal, desde o seu começo, assume-se como primeiro suporte do exercício público da razão. O modo de funcionamento interno deste público baseia-se na ideia de igualdade do esta-

tuto, outorgada pela paridade na argumentação. O espaço público democrático projecta, pois, um ideal: todos têm igualmente acesso à palavra, isto é, todos se podem transformar em membros de um público.

É neste sentido que, desde a invenção da imprensa, os media estiveram associados à ideia de democracia: não só porque a ideia de liberdade e independência de comunicação sempre alimentaram o ideal de espaço público, mas porque essa mesma liberdade era a melhor expressão dos ideais democráticos. No entanto, a possibilidade de realização deste ideal é hoje, mais do que nunca, fortemente contestada, face à constatação de que a suposta integração entre os media e a política remete, afinal, para uma espécie de relação de forças entre eles, da qual o sujeito está, em grande parte, arredado. Nesse desencanto, a recente difusão da Internet e da comunicação mediada por computador revela-se aparentemente como uma nova oportunidade (na medida em que as anteriores se teriam perdido) de integrar a participação cívica dos cidadãos. Perante o fracasso dos ‘velhos’ media concretizarem o ideal democrático, ele regressa, agora através da possibilidade de os ‘novos’ media (re)constituírem, em estreita aliança com a democracia, um fórum público para comunicação e debate racional.

Os ‘novos media’ dão, assim, origem a novas teses sobre um acesso potencialmente muito mais democrático, afirmando que a difusão das novas tecnologias da informação, isto é, a multiplicação de canais opacos à visão dos poderes políticos, permitiria criar rapidamente novos espaços de liberdade onde a interferência estatal não seria possível. Articular-se-ia, assim, uma sociedade civil mais e melhor vertebrada em torno

⁶Contrastando teóricos da modernidade como Calhoun (a quem chama ‘sociólogo relutante da modernidade’) com teóricos da pós-modernidade como Mark Poster, Lyon discute a natureza das relações sociais indirectas modificadas durante a mudança da modernidade (exemplificada pela ‘corporação’) para a pós-modernidade e as diferenças radicais causadas pelo advento das novas tecnologias como o aumento de relações sociais remotas, ainda que pessoais e indirectas, a emergência das relações sociais indirectas e a emergência das relações virtuais e vigilância electrónica. A sua proposta é de integração das duas perspectivas, entendidas como complementares e não concorrentes.

de valores que, à primeira vista, não aparecem impostos de uma forma autoritária. Temos pois que os novos media, ressurgem assim, como outrora, como elemento decisivo na articulação da democracia, mas a transposição do seu potencial democratizador não é tão linear quanto estes autores parecem querer afirmar.

É fácil perceber que são as próprias características da Internet e dos fóruns em-linha que reavivam os ideais democráticos de uma sociedade baseada na interacção face-a-face. Essas características parecem reaproximar a discussão política dos lugares tradicionais de discussão pública, por uma comunicação aparentemente mais personalizada, mais próxima, menos anónima, menos mass-mediada (no sentido que os media electrónicos suscitavam) e sobretudo, com um maior potencial de interactividade. Aparentemente, que-

bra-se, assim, finalmente, a comunicação dos media tradicionais, uma comunicação dirigida num só sentido, em que os receptores pouca ou nenhuma capacidade tinham de resposta, a não ser a de se verem transformados em números supostamente indicadores das suas preferências. Os novos media surgem como a superação das suas formas anteriores, numa modalidade superior e mais eficaz, permitindo uma nova relação entre indivíduos e comunidades, e entre estas e a política.

Muitas são, pois, as promessas de emancipação. Parece haver todo um discurso que difunde que o crescente impacto das novas tecnologias não só está a determinar o surgimento de novos paradigmas de organização da vida social, como, ao mesmo tempo, a favorecer a secundarização do papel do Estado. São discursos que, à luz destas trans-

formações, articulam conceitos diversos e difusos previsivelmente com o prefixo 'ciber' ou 'E': "ciberdemocracia", "ciberocracia", e "E-política", etc., sem que se saiba exactamente de que estamos a falar. O potencial libertador das redes globais de informação, em ligação com as novas formas de organização da vida social promovidas pela incorporação maciça das novas tecnologias aos processos produtivos, anima alguns a sonhar com sistemas sociais e políticos senão inteiramente baseados, pelo menos estruturados, por interacções electrónicas entre os indivíduos: são as teses do que poderíamos chamar, com Luciano Floridi, a 'Brave.Net.World' (Floridi, 1996).

Mas, na verdade, nem tudo são promessas de emenapiação. Uma grande parte da literatura sobre a nova comunicação mediada por computador parece surgir-nos, aliás, como uma escolha bem delimitada entre futuros utópicos e distópicos, entre futuros de uma maior democracia, liberdade de discurso e individualismo (a aldeia global electrónica) e a presença de tecnologias que hão-de, finalmente, sobrepor-se ao homem, destruindo a sua humanidade, permitindo regimes de vigilância e controlo que só poderão conduzir a um novo totalitarismo.

Do lado distópico surgem, antes de mais, preocupações com o próprio constrangimento do recurso: o acesso à comunicação mediada por computador é, pelo menos por enquanto, fortemente correlacionado com a classe e o status, um argumento que recorda que, pelo menos a esse nível, ela parece reflectir e reforçar a desigualdade, em vez de a superar. As inúmeras barreiras à comunicação mediada por computador estão frequentemente muito depois de barreiras muito mais básicas ao bem-estar comum. Por outro

lado, há outras questões e dificuldades que se prendem com a forma como essa comunicação parece afectar dramaticamente toda uma série de actividades humanas fundamentais, de trabalho, organização e dos procedimentos democráticos pelo novo tipo de mediação que cria.

É certo que para questões que ocorrem numa escala global e implicam acções coordenadas em lugares múltiplos, a Internet parece ter um papel crucial. Embora muitos possam vê-la como um medium altamente especializado que só homens brancos de classe média realmente usam, na verdade, o medium tem demonstrado uma extraordinária capacidade de atingir localizações remotas, de Chipas ao Kosovo, a Timor à Índia. A sua comunicação muitos-a-muitos, ao contrário dos meios tradicionais de comunicação um-a-muitos, apresenta uma aparente grande capacidade de retroacção. Por ela, o indivíduo pode, finalmente, transformar-se funcionalmente em comunicador/receptor. A internet surge, assim, como um novo medium onde novas vozes, individuais e em grupo, podem ser ouvidas e vistas por uma rede que ultrapassa as fronteiras convencionais dos sistemas mediáticos.

Tem havido, no entanto, algum debate sobre a praticidade de um debate “todos com todos”. A principal questão levantada é a “sobrecarga da informação”, mas podemos interrogarmo-nos, uma vez mais, sobre a forma de envolvimento das comunidades virtuais no mundo real. Em termos políticos, a questão é saber se esse envolvimento pode ser mais do que a ênfase de uma vida isolada e privatizada. Parecem fazer sentido os argumentos de que, na ciber-organização, pelo facto de as pessoas não desenvolverem acções face-a-face, laços fortes de ‘grupos de

afinidade’, podem limitar-se a manter uma espécie de ‘públicos virtuais’, sem poder de acção e de influência, substituindo simplesmente a batalha política pela ciberluta, mais ou menos inconsequente. É o que Bodei define como ‘a dissolução da ética da coerência’ (Bodei, 1991: 130): nela se articula a dificuldade, na sociedade contemporânea, de conservar valores relativamente estáveis, de assumir obrigações de longa duração, como parte da tendência para os chamados ‘non binding commitments’, os compromissos revogáveis e modificáveis.

Por outro lado, e em contraste com os mass media tradicionais, que estabeleceram uma espécie de opinião pública global, os media interactivos parecem apoiar o desenvolvimento de ‘públicos parciais’, em torno de discursos caracterizados por estratégias de argumentação contextuais sobre temas especiais, organizando políticas ‘single-issue’. A questão que se mantém em aberto, no entanto, é saber se eles podem ajudar a encontrar um consenso político mais global na sociedade, ultrapassando as perspectivas específicas do discurso que apenas lhes dizem respeito.

Por outro lado, ainda, esta forma de participação política parece ter, entre outras características - como o seu possível carácter episódico, o encurtar da memória e até um certo populismo - um carácter essencialmente descentrado. Finalmente, um outro problema se levanta: como qualquer outro medium, por detrás das promessas de maior participação democrática há certos riscos para a liberdade e para os valores democráticos. A facilidade com que os novos media organizam redes de sociabilidade com potencial positivo também tem, naturalmente, o reverso da meda-

lha que é a igual facilidade de organizar as mais obscuras relações e 'comunidades'.

A aspiração a uma nova Atenas, baseada nos infinitos horizontes de interacção das redes globais como Internet parece, pelo menos de momento, uma ilusão mais que uma realidade, por muito que o optimismo tecnológico se encarregue de traçar todas as analogias possíveis entre a polis e a comunidade de cidadãos que giram em torno de Internet. Remetendo a discussão para o espaço público, Charles Ess, descrevendo e prescrevendo as formas pelas quais o hipertexto pode funcionar como democracia, procura ver a comunicação mediada por computador como uma extensão da interacção quotidiana, não como uma sua alternativa (Ess, 1996). Ele sugere que esta forma de comunicação constitui um fórum genuinamente democrático para debate verbal (textual), em que todos participamos e onde o melhor argumento prevalecerá. Já Mark Poster defende que o conceito de Habermas de espaço público é 'sistematicamente negado' no medium da Internet, aconselhando-nos a abandonar o conceito de espaço público ao estudar este medium. Esta desistência, porém, parece prematura.

Mesmo de um ponto de vista formal, não deixa de ser tentador encontrar algumas semelhanças com o espaço público burguês. A base em grande parte textual do medium, faz recordar as sociedades de leitura do século XVIII, constituídas como uma parte de um alargamento da literacia efectivado pelo comércio do livro e o intenso tráfico de e-mails de natureza pública e privada (privada na criação da subjectividade e pública porque pode facilmente ser distribuída por vários receptores), tem também alguma analogia com o tráfico de cartas que ajudou a criar o espaço

público burguês. Mas as principais analogias fazem-se de um ponto de visto normativo: a Internet pode ser lida como um espaço neutro, não-coercivo para a livre troca de ideias. Os textos são geralmente publicados sem restrições de conteúdo, o anonimato pode ser assegurado e os marcadores de género, raça, e classe, se bem que não estejam ausentes, podem ser evitados. Nesse sentido, as relações de poder são minimizadas. É preciso convencer pela persuasão, não pela força. No entanto, não se pode ignorar a comunicação 'desespacializada' operada na Internet, ou transferir para a comunicação mediada por computador um mo-

delo habermasiano de interacção humana para descrever a tomada de decisões pela interacção face-a-face. Esta forma comunicacional pode levar a relações significativamente diferentes entre agentes.

Para concluir, não é difícil acreditar que a maior difusão e penetração das redes digitais de informação, e a interacção de pessoas e de organizações em torno destas venha provocar, a médio prazo, uma revolução nos campos do conhecimento e da aprendizagem. Mas, como João Pissarra Esteves chama a atenção, as promessas intrínsecas de maior democratização que se baseiam inteiramente em noções de uma sociedade completamente tecnologizada "que assenta todas as suas estruturas e processos fundamentais nas chamadas novas tecnologias da comunicação e da informação", só pode constituir-se como ilusão: "o que funda essa ilusão é uma lógica objectivista e positivista, hoje em dia muito difundida como sabemos, (com interesses perfeitamente conhecidos e proveitos bem delimitados) que confere à tecnologia um estatuto de valor supremo e fim último; uma lógica, porém, absolutamente in-

consequente em termos sociais e inaceitável no plano do conhecimento eticamente responsável”.

Na verdade, uma boa parte do problema destas discussões reside na forma como se defende com alguma ingenuidade o potencial libertador das novas tecnologias que é visível nas 'ágoras virtuais': tanto a tecnologia como a política são autonomizadas das relações sociais onde, na realidade se forjam: a tecnologia surge como um sistema de recursos definidos, que tanto pode servir para impedir como para criar a encenação da ágora ateniense; a política, no formato democrático, aparece como a abstracção do debate racional e da participação política. Se, em rigor, a tecnologia não determina as relações sociais nem as políticas, parece hoje reforçar-se a orientação para uma forma de relações sociais que procuram condensar na tecnologia o seu modo de apreender o mundo, tornando natural o que, na verdade, é construção social.

Perceber a importância da tecnologia sobre a sociabilidade e sobre a identidade não remete necessariamente para um pensamento tecnologicamente determinado. Não é a tecnologia que, por si, produz práticas específicas e inevitáveis. Mas a sua utilização na sociedade e na cultura e as práticas exponenciadas pelas capacidades tecnológicas têm, sem dúvida, fortes consequências para a experiência da subjectividade. O que o trabalho de Meyrowitz, atrás analisado, tem de interessante é a forma como pensa a questão tecnológica estabelecendo um contexto para as ideias de reflexividade: “Os indivíduos que se comportam em ambientes físicos ou ainda mediados têm uma vasta gama de escolhas de comportamento dentro dos constrangimento globais (....) Ao nível de grupo,

a situação é ainda menos determinista. Pois somos nós que projectamos e usamos os nossos espaços, edifícios, media, rituais, e outros ambientes sociais. Podemos redesenhá-los, podemos abandoná-los, ou alterar o seu uso. Em última análise, então, a perspectiva mais determinista pode ser sem querer abraçada por aqueles que recusam aplicar a nossa maior liberdade - a razão e análise humana - aos factores sociais que influenciam comportamento. Nós não mantemos escolhas livres simplesmente porque recusamos ver e estudar as coisas que constroem as nossas acções. Na verdade, frequentemente desistimos do potencial de liberdade para controlar as nossas vidas escolhendo não ver como os ambientes que nós moldamos podem, por sua vez, funcionar para nos moldar as nós” (Meyrowitz, 1996: 329).

Em vez de afirmar a neutralidade da tecnologia há que as contextualizar nos processos sociais e perceber que, como tal, elas nunca são neutras. Os novos media tornam fisicamente possível entrar em novas acções, construir novos mundos, embora as suas possibilidades materiais sejam caracterizadas por um “bias”, nos termos de Innis, que cria as bases, mas não determina, formas particulares de organização social.

Bibliografia

- Bodei, R., apud Wolf, M., *Ondas comunicativas, conocimiento y pluralismo cultural*, Comunicación Social/Tendencias, Fundesco, Madrid, 1991
- Calhoun, C., *The Infrastructure of Modernity: Indirect Social Relationships, Information Technology, and Social Integration*, In H. Haferkamp & N. Smelser

- (eds.), *Social Change and Modernity*, University of California Press, 1992
- Calhoun, C., *Community Without Propinquity Revisited: Communication Technology and the Transformation of the Urban Public Sphere*, *Sociological Inquiry* 68, 1998
- Carey, J., W., *Communication as Culture: essays on Media and society*, New York, Routledge, 1989
- Cooley, C.H., *Social Organization. A Study of the Large Mind*, Glencoe, The Free Press, 1956 (1909)
- Ess, C., *The Political Computer: Democracy CMC and Habermas*, in Ess, C. (ed.), *Philosophical perspectives on computer mediated communication*, Albany, State University of New York Press, 1996, pp. 197-230
- Esteves, J. P., A 'sociedade de Informação' - tecnologia, sound bites ou a transparência remitificada, 2002, (no prelo)
- Floridi, L., *Brave.Net.World: the Internet as a disinformation superhighway?* in *The Electronic Library*, Vol. 14 (6), 1996, <http://www.wolfson.ox.ac.uk/floridi/di sinfor.htm>
- Herring, S., *Posting in a Different Voice: Gender and Ethics in CMC*, Ess, C. (ed.), *Philosophical Perspectives on Computer-Mediated Communication*, Albany, State University of New York Press, 1996, pp. 115-145
- Innis, H. A., *The bias of Communication*, Toronto, University of Toronto, 1951
- Lyon, D. *Cyberspace Sociality: Controversies over computer-mediated relationships*, in Loader, B.D. (ed.), *The Governance of Cyberspace*, Londres, Routledge, 1997
- McChesney, R. W., *The Internet and U.S. Communication Policy-Making in Historical and Critical Perspective*, *Journal of Communication* 46 (1), 1996, p. 108
- McLuhan, M., *Understanding media: The extensions of man*, Nova York, McGraw-Hill, 1964
- Meyrowitz, J., *No sense of Place*, Oxford, Oxford University Press, 1985
- Parrish, R., *The Changing Nature of Community*, <http://www.polisci.wisc.edu/~rdparrish/The%20Changing%20Nature%20of%20CMMN%20for%20Web%20Site.htm>
- Poster, M. *CyberDemocracy: Internet and the Public Sphere*, <http://www.humanities.uci.edu/mposter/writings/democ.html>
- Poster, M., *The Second Media Age*, Cambridge, Polity Press, 1995
- Rheingold, H., *The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier*, Nova York, Addison-Wesley, 1993, <http://www.well.com/user/hlr/vcbook/>
- Turkle, S., *A Vida no Ecrã. A Identidade na era da internet*, Lisboa, Relógio d'Água, 1997, pp.12-13 (Life on the Screen, 1995)

Wilson, M., *Community in the Abstract: A Political and Ethical Dilemma* in Holmes, D., Kennedy B. (eds), *Virtual Politics: Identity and Community in Cyberspace*, Londres, Sage, 1997